**CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL (PARTE PERTINENTE A CONDOMÍNIO)**

*24/06/2010*

***Código do Processo Civil (parte pertinente a condomínio)***

*Capítulo IV  
Da Ação de Prestação de Contas*

*Art. 914. A ação de prestação de contas competirá a quem tiver:  
I - o direito de exigi-la;  
II - a obrigação de prestá-las.*

*Art. 915. Aquele que pretender exigir a prestação de contas requererá a citação do réu para, no prazo de 05 (cinco) dias, as apresentar ou contestar a ação.  
§ 1º Prestadas as contas, terá o autor 5 (cinco) dias para dizer sobre elas; havendo necessidade de produzir provas, o juiz designará audiência de instrução e julgamento; em caso contrário, proferirá desde logo a sentença.  
§ 2º Se o réu não contestar a ação ou não negar a obrigação de prestar contas, observar-se-á o disposto no artigo 330; a sentença, que julgar procedente a ação, condenará o réu a prestar as contas no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar.  
§ 3º Se o réu apresentar as contas dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, seguir-se-á o procedimento do § 1º deste artigo; em caso contrário, apresentá-las-á o autor dentro em 10 (dez) dias, sendo as contas julgadas segundo o prudente arbítrio do juiz, que poderá determinar, sem necessário, a realização do exame pericial contábil.*

*Art. 916. Aquele que estiver obrigado a prestar contas requererá a citação do réu para, no prazo de 5 (cinco) dias, aceitá-las ou contestar a ação.  
§ 1º Se o réu não contestar a ação ou se declarar que aceita as contas oferecidas, serão estas julgadas dentro de 10 (dez) dias.  
§ 2º Se o réu contestar a ação ou impugnar as contas e houver necessidade de produzir provas, o juiz designará audiência de instrução e julgamento.*

*Art. 917. As contas assim do autor como do réu, serão apresentadas em forma mercantil, especificando-se as receitas e a aplicação das despesas, bem como o respectivo saldo; e serão instruídas com os documentos justificativos.*

*Art. 918. O saldo credor declarado na sentença poderá ser cobrado em execução forçada.*

*Art. 919. As contas do inventariante, do tutor, do curador, do depositário e de outro qualquer administrador serão prestadas em apenso aos autos do processo em que tiver sido nomeado. Sendo condenado a pagar o saldo e não o fazendo no prazo legal, o juiz poderá destituí-lo, seqüestrar os bens de sua guarda e glosar o prêmio ou gratificação a que teria direito.*